

# ENTRE OS FIXOS E OS FLUXOS DA SULANCA

Sonia Maria de LIRA<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo retoma a questão dos fixos e fluxos, na ótica do sistema capitalista, mas enfocando este tema a partir do controle dos objetos também através do pequeno capital, nas horizontalidades, e não apenas através das verticalidades. Enfatiza que o espaço deve ser visto como um sistema de objetos e um sistema de ações, resgatando, assim, sobre as inter-relações existentes entre os diversos territórios do Aglomerado produtivo de confecções do Agreste/PE, através dos seus fixos e fluxos. Destaca dois circuitos existentes a partir da atividade produtiva: o circuito de fluxo inferior informal e o circuito de fluxo superior secundário. Como também coloca sobre a necessidade de políticas conjuntas entre os poderes públicos e a sociedade civil, na perspectiva da construção de um desenvolvimento menos desigual.

**Palavras-chave:** aglomerado produtivo do agreste, fixos e fluxos, sulanca.

## ABSTRACT

This article retakes the question of the fixtures and streams, in the optics of the capitalist system, but focusing this subject from the control of objects also through the small capital, in the horizontality, and not only through the uprights. It emphasizes that the space must be seen as an object system and a system of action, rescuing, thus, on the existing Inter-relations between the diverse territories of the productive Accumulation of confections of the Agreste/PE, through its fixtures and streams. It detaches two existing circuits from the productive activity: the circuit of *informal inferior* stream and the circuit of secondary upper stream. As also it places on the necessity of joint politics between them to beable public and the civil society, in the perspective of the construction of a less different development.

**Key words:** productive accumulation of the Wasteland, fixtures and streams, sulanca.

## 1. AS CONFECÇÕES DA “SULANCA” ALÉM DOS LIMITES DOS TERRITÓRIOS AGRESTINOS

O território tratado como espaço humano, espaço habitado e usado por uma sociedade, resgatará os conceitos de fixos e fluxos, no âmbito das relações dos atores que produzem o espaço. Isto, porque “destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação” (SANTOS, 1997: 48).

As atividades sejam do pequeno ou do grande capital aumentam sua presença no território, conforme as novas especificidades locais e as análises também precisam se

---

<sup>1</sup> Doutoranda do PPGEIO - UFPE.

adequar a estas novas realidades.

O espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. [...] Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. (SANTOS, op.cit.: 77)

No entanto, Santos analisa estas relações entre fixos e fluxos, colocando que o meio técnico-informacional, com seus objetos técnicos, controla os fluxos dominantes e define as estratégias de apropriação dos fixos. Porém os objetos não são controlados apenas pelos fluxos do grande capital, mas também pelo do pequeno capital.

Destarte, as informações não estão a serviço, apenas, das classes hegemônicas, no âmbito das verticalidades (SANTOS, 1999). Também encontramos no das horizontalidades as disputas e a busca de excedentes, através da mais-valia. No mundo cotidiano e das vizinhanças nem sempre a cooperação é buscada. Estas relações também são conflituosas, onde a busca por “levar vantagem” acompanha as ações das pessoas, o que se reflete na configuração espacial.

Segundo Carneiro (2006: 22):

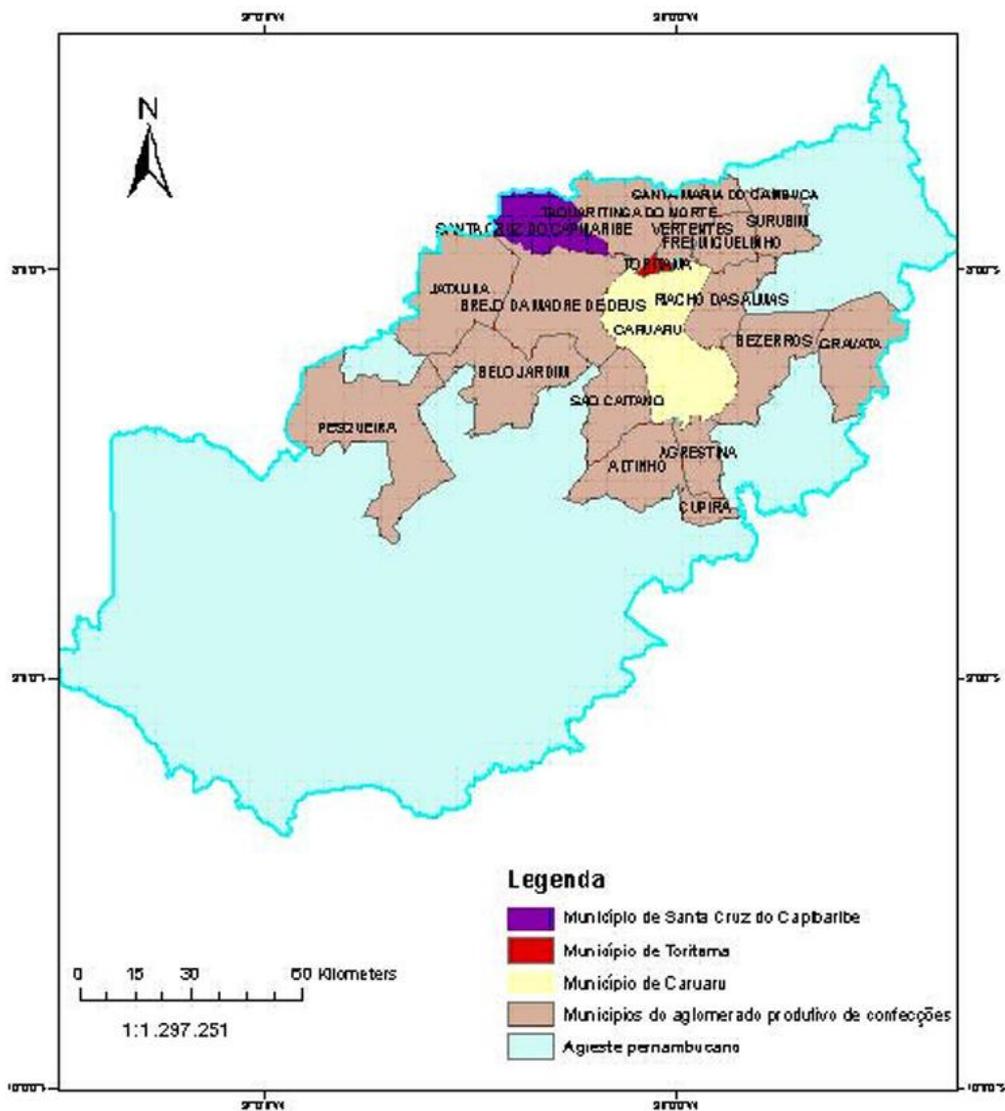
A produção capitalista do espaço é determinada pelas tendências contraditórias de diferenciação e igualização que emergem do centro deste modo de produção e se torna visível na paisagem como modelo do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p. 149), um modelo espacial que não corresponde mais, apenas, aos grandes centros urbanos já que invade as cidades locais [...]

Este desenvolvimento desigual vai, assim, sendo concretizado entre os mais de vinte municípios que compõem o Aglomerado produtivo de confecções do Agreste/PE (Mapa 1). Três lugares polarizam os circuitos produtivos e de comercialização: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. No entanto, um sistema de relações vai se efetuar por toda a sub-região, consolidando as ações dos atores entre objetos e territórios. Sendo assim,

O espaço é visto, então, como um sistema de objetos e um sistema de ações [...] Logo a sua produção não pode ser vista como produção material apenas, isto é, como construção da paisagem, envolvendo também a produção imaterial, de fluxos, ações e interações de toda ordem (CARNEIRO, op. cit: 23).

Estas interações ocorrem entre fixos mais próximos ou mais distantes. Uma fábrica pode subcontratar facções ou costureiras no seu próprio município, na área urbana ou rural,

ou em outros municípios. Pessoas podem se deslocar de municípios, pertencentes ao estado de Pernambuco ou mesmo da Paraíba para irem trabalhar em Toritama ou Santa Cruz do Capibaribe. Muitos fixam residências em um destes territórios. Outros preferem passar a semana trabalhando e voltar aos seus territórios de origem nos finais de semana. Alguns, ainda, diariamente se deslocam entre os diversos territórios, construindo assim inter-relações que vão além dos limites dos municípios onde residem ou trabalham.



**Figura 1.** Fonte de base cartográfica: Zoneamento Agroecológico de Pernambuco (ZAPE), 2001.

Os movimentos citados referem-se: àqueles das pessoas que produzem a confecção e se inter-relacionam com os espaços produtivos, trabalhando em fábricas ou fabricos como assalariados; àqueles dos que são os proprietários e confeccionam em seus fabricos, nos

municípios circunvizinhos, e se deslocam somente nos dias de feiras<sup>2</sup> aos três municípios (MACHADO, 2005); àqueles que confeccionam em um dos municípios que centralizam a comercialização, contudo também tentam estarem presentes, com seus produtos, nas três feiras, ou pelo menos em duas, semanalmente.

Conforme Santos (op. cit: 78):

Os fixos, como instrumentos de trabalho, criam massas. Mas não basta criar massas, impõe-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social, poder que por isso é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação.

Sendo assim, o poder de locomoção estará subordinado às situações econômicas em que se encontram estes diversos atores nos territórios. Os assalariados, em sua maioria, dependerão de transportes coletivos ou bicicletas para se locomoverem. As motocicletas também são utilizadas comumente na Sub-região. Os proprietários dos fabricos ou facções também, conforme seus poderes econômicos dependerão dos mesmos transportes coletivos (ônibus, vãs ou toyotas) ou dos seus transportes particulares (carros ou motos) para se deslocarem.

Retomando Santos (op. cit: 81/82):

Pela forma como o capital fixo novo é distribuído no espaço, é possível discernir as articulações que se criam ou se podem criar, neste ou naquele momento, tanto a articulação interna a cada subespaço como também aquela entre subespaços. [...] Nessa construção intelectual, um dado fundamental é a noção de escala, mas não propriamente como um dado espacial, mas sobretudo como um dado temporal. Pelo fato de que a divisão territorial do trabalho é, claramente, função do tempo histórico. [...] Sem dúvida, existe dentro de um território uma oposição entre escalas. Cada escala corresponde a um nível de intencionalidade. [...] O nível de intencionalidade da firma que usa o espaço nacional como um todo não é o mesmo, nem tem a mesma qualidade ou direção, que o de uma firma que apenas pode utilizar-se de uma fração do espaço, ou que tenha seu raio de ação limitado a apenas alguns bairros dentro de uma cidade. A noção de escala é, então, essencial, para compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e têm repercussão na ordem econômica, cultural política e moral, assim como na ordem territorial.

---

<sup>2</sup> Estas feiras são conhecidas, popularmente, como feiras da SULANCA, corruptela das palavras: sul e helanca, designando as origens desta atividade produtiva, onde os produtos de vestuário eram confeccionados com malhas vindas do sul do país (LIRA, 2006).

Destarte, as intencionalidades dos empresários que se articulam na Sub-região, através da divisão territorial do trabalho, terão repercussões diferenciadas entre os subespaços ou com subespaços externos. Por exemplo, os empresários que dependem, exclusivamente das feiras locais para a comercialização de suas mercadorias terão um poder de articulação bem mais limitado. As suas demandas estarão limitadas, também, aos sacoleiros que se deslocam de locais mais próximos, quase que majoritariamente, pertencentes às regiões Norte e Nordeste. As suas mercadorias serão, conseqüentemente, de menor qualidade, para uma população de baixa renda. Estes compradores se deslocam também, para a Sub-região, em sua maioria, em transportes coletivos.

Consideramos, então, que estas articulações entre os atores citados, pertenceriam a um circuito de fluxos inferior informal, onde “a norma da sociedade e do território nesse momento é a horizontalidade, que através da co-presença das pessoas [...] a sociedade local conseguia produzir e se reproduzir autonomamente, criar suas técnicas, comandar seu tempo social e o limite de sua utilização” (CARNEIRO, 2006: 68).

No entanto, percebemos que, mesmo sendo pequenos comerciantes, com um capital limitado, os que compram ou vendem, suas limitações econômicas não impedem que os seus deslocamentos se ampliem para além das áreas de bairros de um mesmo município, chegando a ultrapassar os limites territoriais de estados dentro das regiões citadas. A facilidade dos transportes e das comunicações viabilizam as suas inter-relações. As encomendas, muitas vezes, ocorrem por telefone e as mercadorias são entregues conforme os pedidos anteriormente solicitados.

Mas os fluxos das mercadorias ultrapassam, também, os limites destas regiões. Chegando a ser transportadas através de caminhões, transportadoras, barcos, navios, aviões, etc., conforme o poder de articulação com outros mercados que possuam os comerciantes locais.

Conforme Carneiro (op. cit: 126):

Para Santos (1985, p. 62), o uso do espaço pelas firmas obedece a uma hierarquia, cujo outro seria a realização diferencial do capital produtivo. A capacidade maior ou menor de cada firma para colocar suas mercadorias em circulação condiciona o seu poder de mercado, político e uso territorial.

Sendo assim, as firmas maiores da Sub-região, ou firmas líderes, como cita Cabral (2007) conseguem estar no topo desta hierarquia e participar das verticalidades, onde se inserem no chamado circuito superior secundário (SANTOS, 1985), consolidando sua

expansão para todo o país.

A circulação de mercadorias acontece através das ações dos comerciantes que são também produtores, como também através das ações de representantes e atravessadores que se deslocam do Agreste e buscam novos mercados ou articulam estas vendas através de seus escritórios locais. Como, também, os compradores atacadistas vêm das mais diversas regiões do país adquirir as confecções diretamente na Sub-região ou através dos representantes.

A facilidade atual de locomoção, com os avanços nos meios de transportes e a melhoria das estradas têm favorecido a um grande fluxo das confecções do Agreste para muitos lugares do Brasil.

Segundo Santos (op. cit.: 20):

[...] Os transportes e as comunicações conheceram grandes avanços nos países subdesenvolvidos \_ por exemplo, os processos maiores são obtidos através do ônibus e do automóvel e os fluxos podem intensificar-se graças a sua maior flexibilidade, o que não podia ser alcançado com o trem, meio muito mais rígido e inflexível. A melhoria das estradas e dos veículos, o encontro de combustíveis mais baratos representam modernizações que permitem a diminuição dos custos. De modo geral, o preço do transporte aumenta menos que o dos demais fatores da produção e a redução dos custos das viagens possibilita às pessoas escolher onde adquirir bens e serviços, que freqüentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos.

Sendo assim, as confecções do Agreste pernambucano vão atingir espaços em quase todo o território nacional e até territórios internacionais. Estes fluxos de mercadorias vão ser garantidos de acordo com a capacidade de intervenção no mercado de cada empresa. As exportações são praticadas de forma pontual e atingem um pequeno número de empresas.

As exportações para Angola ocorrem de forma indireta através de intermediário. Conforme o SEBRAE “É uma exportação de maior volume. O empresário tem uma comercial exportadora no Brasil e monta um ponto de distribuição em Angola.” Neste caso os produtos são de qualidade inferior, para uma clientela de baixa renda.

Algumas outras empresas chegaram a fazer exportações pontuais para Cuba. Como também, artigos de “moda praia” foram exportados para Portugal, Espanha e França. As articulações destas exportações recebeu o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que através da ABIT (Associação Brasileira da Indústria

Têxtil e de Confecção) articulou estas ampliações de mercados internacionais. Mas estas articulações têm ocorrido, principalmente, com as entidades associativas dos três principais municípios: Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP), Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT) e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC).

Nestas entidades, apenas as indústrias com maior poder econômico estão organizadas, passando a atuar de forma mais planejada, participando de eventos coletivos com o apoio do SEBRAE e outras entidades. Com estes eventos há uma ampliação significativa dos espaços de mercado para estas empresas. Assim, conforme Carneiro (op. cit: 84):

[...] esse meio técnico-científico possibilitou que as atividades do circuito superior secundário consolidassem sua expansão para todo o país, por meio dos fixos e dos fluxos que os animam, expansão que partindo inicialmente dos territórios contíguos e próximos, avançou até a escala da nação, dando configuração territorial a diferentes circuitos espaciais da produção, comandados pelas ações manufatureiras e concomitantemente pelo agir maquinizado das maquinofaturas.

No caso do aglomerado produtivo do Agreste pernambucano este avançou para além da escala da nação. No entanto, esta articulação só foi possível de acontecer a partir da ação dos atores que possuem um poder financeiro mais equilibrado e estrutura empresarial mais competitiva.

Desta forma, a articulação entre os confeccionistas está limitada ao capital acumulado de cada um. Os que possuem menor poder aquisitivo estão excluídos de conquistarem novos mercados. Porém, a articulação dos que dominam o mercado atingirá espaços bem mais amplos:

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final. (SANTOS, 1997: 49)

Destarte, na realidade atual, não são apenas os atores hegemônicos que atingem um espaço tão amplo, pois também existem espaços para os de menor capital. Embora de uma forma mais fragilizada, com negociações mais pontuais, as mercadorias do Aglomerado

produtivo de confecções do Agreste pernambucano, conseguem atingir espaços bem mais longínquos do que o espaço regional.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim, entre os fixos e os fluxos do Aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano existem articulações que, historicamente, foram construídas a partir da lógica do modelo civilizatório capitalista. E mesmo que tenham se originado, espontaneamente, através das ações dos atores locais; necessitam, atualmente, de ações articuladas entre poderes públicos e a sociedade civil para que se consolide um desenvolvimento com mais igualdade de condições entre os atores e os territórios que compõem o aglomerado produtivo.

Pois, verificamos a ausência de políticas públicas voltadas para os transportes naquela área, como também de atendimento aos confeccionistas de menor poder aquisitivo, o que tem favorecido uma ampliação de concentração de renda e dos marginalizados socialmente.

## **3. REFERÊNCIAS**

CABRAL, R.M. 2007. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: Estudos múltiplos no Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano.** UFBA.

CARNEIRO, R.N. 2006. **Produção do espaço e circuito de fluxos da indústria têxtil de São Bento – PB: do meio técnico ao meio técnico-científico informacional.** UFPE, Recife.

LIRA, S.M. de. 2006. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência.** In: REVISTA DE GEOGRAFIA. UFPE/DCG – NAPA, Recife.

MACHADO, V.L. 2005. **A feira de confecções como fator de integração e dinamismo regional: o eixo Caruaru/Toritama/ Santa Cruz do Capibaribe-Pernambuco.** Salvador, UFBA, Dissertação em Geografia.

SANTOS, M. 1999. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo/ razão e emoção.** São Paulo, HUCITEC.

\_\_\_\_\_. 1985. **O Espaço dividido**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.

\_\_\_\_\_. 1997. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC.